

Ano	2026
Tp. Período	Anual
Curso	GEOGRAFIA - Licenciatura (130)
Disciplina	1109131 - GEOGRAFIA AGRÁRIA
Turma	GEN
Local	CEDETEG

Carga Horária: 136

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Abordagens teóricas da Geografia Agrária e as relações conceituais entre o agrário, o rural e o agrícola. A formação da estrutura agrária brasileira. Os processos de Modernização e Industrialização da agricultura. Dinâmica agroindustrial e a agropecuária empresarial. O modelo produtivo da Agricultura Familiar/Camponesa e a sucessão hereditária. As populações tradicionais do campo, os afrodescendentes e a juventude rural. Os movimentos sociais do campo e a Reforma Agrária. Dignidade humana e igualdade de direitos no campo. O Cooperativismo agropecuário. O desenvolvimento rural e as políticas públicas para o campo. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar. Tendências recentes e modelos alternativos para o rural. As relações campo-cidade, multifuncionalidade do espaço rural, turismo rural e a pluriatividade no campo. Noções sobre educação do/no campo. O ensino de Geografia Agrária.

I. Objetivos

I.OBJETIVOS

- Apresentar uma visão histórica da Geografia Agrária Brasileira;
- Discutir a questão agrária e a dinâmica do espaço rural brasileiro;
- Estudar a estrutura fundiária e agrária brasileira, as transformações na agricultura e no espaço rural;
- Compreender os processos geográficos dos fenômenos agrários e as perspectivas do rural;
- Evidenciar algumas particularidades e diferenças entre o ensino de Geografia "do campo" e "no campo".
- Analisar os conteúdos trabalhados nos livros didáticos utilizados na educação básica;
- Em resumo, o objetivo é oferecer quadro teórico, distinções conceituais, implicações metodológicas, leituras chave e propostas de atividades didáticas, aos jovens acadêmicos.

II. Programa

1.1 Abordagens teóricas da Geografia Agrária e as relações conceituais entre o agrário, o rural e o agrícola.

Clássica / Descritiva: tipologia das formas de uso da terra, sistemas agrícolas e descrição das paisagens rurais; origem vinculada à Geografia Econômica tradicional.

Teórica / Estruturalista: Analisa estruturas espaciais e relações de produção, enfatizando padrões e regularidades espaciais do uso do solo.

Crítica / Marxista (Questão Agrária): Interpretar o espaço agrário a partir das relações de classe, luta pela terra, reforma agrária e processos de acumulação; destaca conflitos e movimentos sociais no campo.

Política e Economia Agrária contemporânea: examina o papel do agronegócio, mercados globais, políticas públicas e reestruturação produtiva no campo.

Ecologia política e ambiental. Integra questões ambientais, sustentabilidade e conflitos por recursos, relacionando práticas agrícolas a impactos socioambientais.

Cultural e territorial: valoriza identidades, saberes locais, práticas culturais e a produção de territorialidades rurais; aproximações interdisciplinares com antropologia e sociologia.

Relações conceituais: agrário, rural e agrícola e como estes conceitos se articulam

Agrário: refere-se ao conjunto de relações sociais, econômicas e políticas ligadas à terra como recurso e à sua apropriação; inclui propriedade, trabalho, reforma agrária e conflitos por terra. (ênfase nas relações sociais).

Rural: conceito espacial e socioeconômico mais amplo que abrange modos de vida, paisagens, serviços e dinâmicas demográficas fora dos centros urbanos; nem todo rural é estritamente agrário.

Agrícola - refere-se às práticas produtivas e técnicas de cultivo e criação; dimensão econômica e tecnológica da produção de alimentos e fibras.

1.2 A formação da estrutura agrária brasileira

Trajatória histórica resumida: Período colonial (séculos XVI–XIX). Império e República Velha (séculos XIX–início do XX) Século XX, final do século XX e XXI. Características centrais da estrutura agrária brasileira: Concentração, Orientação exportadora, Desigualdades sociais e trabalho: Modernização tecnológica desigual, Processos e atores determinantes, Estado, a estrutura fundiária. Mercados e corporações. Movimentos sociais. Migrações e trabalho, impactos socioespaciais e ambientais. Fragmentação territorial e exclusão. Mudanças na paisagem e no uso do solo, desafios para políticas públicas

1.3 Os processos de Modernização e Industrialização da agricultura.

Trajatória histórica e fatores desencadeantes (evolução cronológica desde a mecanização inicial até a consolidação do agronegócio: políticas públicas (crédito, pesquisa, infraestrutura), difusão da Revolução Verde, integração a mercados internacionais e reestruturação produtiva nas décadas de 1960–2000). Transformações tecnológicas e organizacionais (mecanização, uso intensivo de fertilizantes e defensivos, melhoramento genético, irrigação, logística e integração vertical (indústria de insumos (a montante) e a agroindústria (a jusante)).

Reconfiguração socioespacial e mercado de terras: concentração fundiária acelerada, financeirização da terra, deslocamentos populacionais (êxodo rural e migrações internas), e formação de "ilhas" de modernidade produtiva, relação com modernização: tecnologias e crédito, políticas fiscais e de crédito. Impactos sociais: precarização do trabalho rural, redução de diversidade produtiva, conflitos agrários e demandas por reforma agrária. Consequências ambientais, políticas e alternativas sustentáveis: desmatamento, perda de biodiversidade, contaminação por agroquímicos, esgotamento de solos; respostas políticas e práticas alternativas (agroecologia, agricultura de precisão, políticas de incentivo à agricultura familiar

Ano	2026
Tp. Período	Anual
Curso	GEOGRAFIA - Licenciatura (130)
Disciplina	1109131 - GEOGRAFIA AGRÁRIA
Turma	GEN
Local	CEDETEG

Carga Horária: 136

PLANO DE ENSINO

1.4. Dinâmica agroindustrial e agropecuária empresarial

Cadeia de valor: insumos (sementes, fertilizantes, defensivos), produção primária, beneficiamento, transporte, comercialização e exportação. Estrutura empresarial: fazendas integradas, holdings, cooperativas industriais e empresas de serviços (logística, armazenamento, tecnologia). Inovação e digitalização: agricultura de precisão, IoT, análise de dados e automação que aumentam eficiência e exigem capital e capacitação. Política e financiamento: crédito rural, incentivos fiscais, regulação sanitária e acordos comerciais que moldam competitividade e expansão territorial.

1.5. O modelo produtivo da Agricultura Familiar/Camponesa e a sucessão hereditária.

Características do modelo produtivo da agricultura familiar/camponesa: A unidade produtiva doméstica: trabalho majoritariamente familiar, decisões de produção centradas na reprodução social e diversificação de atividades para reduzir riscos. Diversificação produtiva: unidade entre lavouras, criação animal, hortas, agroextrativismo e pequenas agroindústrias caseiras, com forte ênfase em autoconsumo e venda em mercados locais.

A pluriatividade: renda complementar fora da propriedade (trabalho assalariado, aposentadorias, programas sociais). Práticas e saberes locais (sementes crioulas, manejo tradicional) sustentam formas de resistência e inovação que nem sempre se alinham aos modelos tecnocráticos do agronegócio. Elementos econômicos, organizacionais e de mercado: Escala e capital (muitas unidades familiares operam em pequena escala e com baixo capital,) cooperativas e redes locais. Inserção em cadeias curtas (vendas diretas, feiras e programas públicos). Relação com políticas públicas: programas de assistência técnica, crédito orientado e políticas de compra pública podem fortalecer a viabilidade econômica da agricultura familiar; sua ausência aumenta a vulnerabilidade. Sustentabilidade: práticas agroecológicas e sistemas integrados (lavoura‑pecuária‑floresta) aparecem como alternativas para conciliar produção e conservação. Sucessão hereditária: Fatores que favorecem a sucessão: existência de sucessores interessados, viabilidade econômica da propriedade, acesso a terra e crédito, formação técnica e reconhecimento social da atividade. Fatores que dificultam a sucessão: (por exemplo, o envelhecimento do agricultor titular, êxodo juvenil para áreas urbanas, baixos preços agrícolas, falta de assistência técnica e insegurança fundiária.

1.6 As populações tradicionais do campo, os afrodescendentes e a juventude rural

Populações tradicionais do campo: definição e diversidade: principais segmentos reconhecidos pelo Estado brasileiro. Características comuns: vínculo territorial, uso sustentável de recursos; economia baseada em práticas locais (pesca artesanal, extrativismo, agricultura de subsistência, manejo florestal); e organização social própria que sustenta identidade e reprodução cultural. Afrodescendentes rurais e quilombolas: especificidades e desafios. Identidade e território: comunidades quilombolas são remanescentes de quilombos formados por pessoas escravizadas e seus descendentes; a luta pelo reconhecimento e titulação de terras é central para sua reprodução social. Condições socioeconômicas: muitas comunidades enfrentam precariedade no acesso a serviços (saúde, educação, infraestrutura) e insegurança fundiária, o que impacta produção, renda e preservação cultural. Potencialidades: práticas agroecológicas, produção de alimentos tradicionais e saberes locais que contribuem para conservação da biodiversidade e segurança alimentar; políticas públicas (titulação, programas de compra pública, assistência técnica) podem fortalecer essas iniciativas. Juventude rural: perfil, desafios e papel na reprodução do campo; Características, Fatores que influenciam permanência ou êxodo (se a viabilidade econômica da unidade produtiva; acesso a educação e formação técnica; oportunidades de trabalho local; gênero; e percepções sobre qualidade de vida no campo. Políticas voltadas à juventude: linhas de crédito específicas (ex.: Pronaf Jovem), programas de formação e iniciativas de empreendedorismo rural. Interseções: quando tradição, raça e juventude se cruzam. Vulnerabilidades combinadas: jovens afrodescendentes em comunidades tradicionais enfrentam simultaneamente insegurança fundiária, discriminação racial e falta de oportunidades, o que eleva o risco de perda de territórios e saberes. Potencial transformador: juventudes locais podem ser agentes de inovação (agroecologia, turismo comunitário, cadeias curtas) se houver acesso a formação, mercados e políticas de apoio que respeitem saberes tradicionais.

1.7 Os movimentos sociais do campo e a Reforma Agrária.

Histórico e formação dos movimentos do campo: A organização camponesa no Brasil e as raízes nas lutas por terra do período pós‑colonial. Principais movimentos, atores e estratégias de ação: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Outros atores sindicatos rurais, associações de pequenos produtores, movimentos indígenas, quilombolas e organizações de agroecologia que combinam demandas por terra com direitos culturais e ambientais. Estratégias: ocupações, mobilizações nacionais, litígios jurídicos, construção de assentamentos produtivos, formação técnica e articulação com redes de consumo (feiras, PAA/PNAE). Reforma Agrária: conceito, políticas e marcos institucionais. Impactos socioespaciais e conflitos, redistribuição e inclusão: assentamentos bem‑sucedidos podem reduzir pobreza rural, gerar trabalho e diversificar a produção regional. Conflitos e violência: disputas por terra frequentemente resultam em conflitos com latifundiários, ações judiciais e, em casos extremos, violência no campo. Transformações territoriais: a luta pela terra reconfigura padrões de uso do solo, criação de novas territorialidades (assentamentos, cooperativas) e influencia dinâmicas migratórias e demográficas. Desafios contemporâneos e linhas de debate: Capacitação produtiva versus mera titulação. Agronegócio e financeirização da terra: expansão de grandes cadeias produtivas e de que forma a valorização da terra como ativo financeiro dificulta processos de redistribuição. Interseccionalidade das lutas: demandas por reforma agrária se cruzam com direitos indígenas, quilombolas, gênero e juventude rural, exigindo políticas integradas.

1.8 Dignidade humana e igualdade de direitos no campo

Conceitos centrais: dignidade humana e igualdade de direitos. Marco constitucional e instrumentos jurídicos relevantes (Constituição Federal de 1988. Decisões sobre direitos sociais, acesso à terra e políticas públicas). Leis e políticas setoriais: normas contra discriminação racial, legislação sobre povos e comunidades tradicionais e instrumentos de proteção social. Formas de desigualdade e violações no meio rural: Acesso à terra, serviços públicos. Violência e discriminação: conflitos por terra, racismo estrutural e violência de gênero no campo.

1.9 O Cooperativismo agropecuário.

Princípios, tipos e formas de organização. Cooperativismo agropecuário: produtores rurais (organizações autônomas, democráticas e de propriedade coletiva), mercados e fortalecimento da capacidade de negociação. Elos da cadeia. Organização do espaço rural e inclusão



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2026
Tp. Período	Anual
Curso	GEOGRAFIA - Licenciatura (130)
Disciplina	1109131 - GEOGRAFIA AGRÁRIA
Turma	GEN
Local	CEDETEG

Carga Horária: 136

PLANO DE ENSINO

produtiva. Princípios, tipos e formas de organização: princípios básicos, principais, modelos organizacionais. Trajetória histórica e papel no Brasil. Funções e impactos socioeconômicos. Acesso a mercados e agregação de valor. Desenvolvimento local: impactos territoriais e ambientais e territorialização da produção. Desafios e oportunidades atuais, governança e profissionalização. Acesso a financiamento e inovação e Heterogeneidade regional

1.10 O desenvolvimento rural e as políticas públicas para o campo.

Principais abordagens de desenvolvimento rural: quadro e objetivos. Principais políticas e programas públicos (Brasil). Programas de infraestrutura e inovação. Instrumentos de política e sua função. Crédito orientado, Compras, Assistência técnica. Regularização fundiária e assentamentos, inclusão produtiva. Fortalecimento de cadeias curtas. Desafios de escala e heterogeneidade (variação de efeitos por região). Principais desafios e riscos

Conectividade e inovação desigual. Sustentabilidade. Indicadores para avaliar políticas de desenvolvimento rural.

1.11 Segurança Alimentar e Soberania Alimentar.

Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: definições e distinção. Evolução e contexto no Brasil: Acesso e nutrição imediata da população. Autonomia política e controle dos sistemas alimentares. Métrica: prevalência de insegurança alimentar; disponibilidade calórica; qualidade nutricional, grau de controle local sobre produção, sementes, mercados e políticas. Políticas e instrumentos no Brasil (exemplos). Desafios contemporâneos: aumento do custo de dietas saudáveis e volatilidade de preços que reduzem o acesso a alimentos nutritivos. Concentração das cadeias alimentares e dependência de commodities (fragilização da soberania e ampliação dos riscos socioambientais. Estratégias integradas e boas práticas. Fortalecimento de cadeias curtas e compras públicas que priorizem agricultura familiar e povos tradicionais. Políticas intersectoriais para articulação da saúde, educação, assistência social e desenvolvimento rural

1.12. Tendências recentes e modelos alternativos para o rural.

Tendências recentes para o rural: expansão e reestruturação do agronegócio; pressão sobre territórios e biodiversidade; difusão de tecnologias digitais; e transformações na agricultura familiar (diversificação e pluriatividade), digitalização e agricultura de precisão. Modelos alternativos em expansão: Agroecologia e redes agroalimentares: práticas que combinam saberes locais, diversificação de produção e cadeias curtas; movimentos e redes organizadas (ENA, Articulação Nacional de Agroecologia) têm institucionalizado alternativas ao modelo industrial. Sistemas integrados e regenerativos. Modelos híbridos Agro 4.0 + inclusão social. Impactos e trade-offs principais: Ambiental (intensificação e fronteira agrícola pressionam biomas; alternativas agroecológicas reduzem impactos, mas têm escala limitada sem políticas de apoio. Socioeconômico: modernização aumenta produtividade e concentração; cadeias curtas e cooperativas melhoram renda local, porém exigem organização e mercados estáveis. Políticas públicas e instrumentos recomendados, integração territorial de políticas. Incentivos à agroecologia e certificação local (financiamento, assistência técnica e mecanismos de compra pública que priorizem práticas sustentáveis). Regulação do mercado de terras e transparência (medidas para mitigar land grabbing e financeirização predatória).

1.13. As relações campo-cidade, multifuncionalidade do espaço rural, turismo rural e a pluriatividade no campo.

Relações campo-cidade e multifuncionalidade do espaço rural. Motores das transformações campo-cidade e da multifuncionalidade. Mudanças econômicas: reestruturação produtiva e busca por novas fontes de renda no campo. Demandas urbanas: procura por lazer, alimentos locais e experiências rurais que estimulam turismo e cadeias curtas. Políticas públicas e incentivos: programas de apoio à agricultura familiar, compras públicas e investimentos em infraestrutura que viabilizam atividades não-agrícolas. Tecnologia e conectividade: internet e logística facilitam comercialização direta e serviços rurais. Impactos socioespaciais e ambientais, Diversificação de renda, pluriatividade e turismo. Transformação da paisagem. Desigualdades territoriais — “ilhas” de multifuncionalidade coexistem com áreas de estagnação. Pressões ambientais: turismo mal planejado e expansão de infraestrutura podem degradar recursos; práticas, sustentáveis mitigam impactos Turismo rural: tipos, oportunidades e riscos. Pluriatividade no campo: formas e implicações.

1.14 Noções sobre Educação do/no Campo.

Princípios e objetivos centrais: Contextualização curricular. Equidade e direito à educação. Intersetorialidade. Marcos legais e programas públicos relevantes. Modelos organizacionais e modalidades escolares. Desafios estruturais e operacionais. Indicadores e formas de avaliação

1.15 O ensino de Geografia Agrária.

Ensino de Geografia Agrária: atividades, formas de organização, relações sociais, econômicas e ambientais que moldam o espaço rural. Conteúdos essenciais por nível (básico/ensino médio) Conceituação. Estratégias pedagógicas e metodologias ativas.

III. Metodologia de Ensino

O conteúdo será trabalhado a partir dos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas com aprofundamento e discussão das leituras obrigatórias; Realização de dinâmicas em grupo e trabalhos individuais em sala de aula (análise, compreensão e produção de textos); Seminários; Filmes; Trabalho de campo. Observação: após trabalhados os conteúdos de cada tópico do programa será feita uma atividade de verificação.

IV. Formas de Avaliação

A avaliação será concomitante ao desenvolvimento do conteúdo programático e considerará o domínio dos assuntos tratados e a participação nas atividades propostas, contemplando: Participação nas discussões em sala e atividades de campo; Produção individual (produção de textos e avaliações); Dinâmicas em grupo (produção de textos e seminários);

V. Bibliografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2026
Tp. Período	Anual
Curso	GEOGRAFIA - Licenciatura (130)
Disciplina	1109131 - GEOGRAFIA AGRÁRIA
Turma	GEN
Local	CEDETEG

Carga Horária: 136

PLANO DE ENSINO

Básica

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec / Anpocs / Editora da Unicamp, 1992.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. Boletim de Geografia Teórica. V. 25, N os 49-50, 1995, p. 3-13.

FAJARDO, Sergio. Territorialidades corporativas no rural paranaense. Guarapuava: Editora Unicentro, 2008.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. Modernização tecnológica da agricultura. Curitiba: Chain, 1988.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária? São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. Estrutura agrária e produção de substância na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978. 267p.

_____. O novo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, 1999. 153 p. (Coleção pesquisas, v.1). ISBN 85-86215-21-X.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. sem paginação p.

MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede", São Paulo, Editora Unesp, 2000.

PADIS, Pedro C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2001.

Complementar

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre. São Paulo, n. 15, 2000.

ALVES, Lucilio Rogerio Aparecido. SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Fontes de Crescimento das Principais Culturas do Estado do Paraná (1981-1999). Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 101, p. 17-32, jul./dez. 2001.

BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. Economia, Curitiba, n. 18, p. 121-136, 1994.

BERGONSI, Sandra S. S., STOTZ, Tania. Economia social ou economia solidária? Sobre os fundamentos do movimento cooperativo popular no Brasil. Salvador. Cadernos Gestão Social, v.5, n.2, p.339-356, jun./dez. 2014.

CAMPOS, Christiane S. S.; CAMPOS, Rosana C. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio. Barcelona. Scripta Nova, Cuadernos Críticos de Geografía Humana, Vol. XI, núm. 245 (68), 1 de agosto de 2007.

CAMACHO, Rodrigo S. A Geografia no contexto da educação do campo: construindo o conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. Revista Percurso, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25- 40, 2011

FAJARDO, Sergio. Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 7, n. 20, p. 89-101, fev. 2007.

_____. Algumas discussões sobre a abordagem econômica do território e suas implicações no espaço rural. RA´EGA, Curitiba, n. 10, p. 131-137, 2005.

_____. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas no Paraná. RA´EGA, Curitiba, n. 11, p. 89-102, 2006.

FELICIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. Geografia, Londrina, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e modernização no campo. Terra Livre, São Paulo, n. 11/12, p. 153-76, 1996.

_____. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HESPANHOL, Antonio N.; COSTA, Vera M. H. M. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v.25, n.49-50, p. 373-384. 1995.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais : mesorregiões geográficas paranaenses :sumário executivo / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2004.

_____. Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública: o processo de inovação tecnológica na indústria de máquinas e equipamentos agrícolas do Paraná / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Agrônomo do Paraná. – Curitiba: IPARDES, 2005. 58 p.

_____. Identificação de gargalos tecnológicos da agroindústria paranaense : subsídios para uma política pública / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Agrônomo do Paraná. – Curitiba : IPARDES, 2005. 126 p.

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. Reforma Agrária, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 5-16, 1993, set.-dez.

KONZEN, Otto G.; ZAPAROLLI, Irene D. Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, v.28, n.4, p. 155-173.out./dez. 1990.

MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 11,N. 12, p.

Ano	2026
Tp. Período	Anual
Curso	GEOGRAFIA - Licenciatura (130)
Disciplina	1109131 - GEOGRAFIA AGRÁRIA
Turma	GEN
Local	CEDETEG

Carga Horária: 136

PLANO DE ENSINO

57-67. Jan./jun. 2008.

MORAES, Maria Dione C. de. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato como identidades na ordem da razão. Raízes, João Pessoa, V. 17, n. 17, p. 121-134, jun. 1998.

MORETTO, Antonio Carlos; GUILHOTO, Joaquim J. M. Relações Intersetoriais e Inter-regionais nas Regiões-Pólo Paranaenses em 1995. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 101, p. 71-92, jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. Boletim de Geografia Teórica. V. 25, N os 49-50, 1995, p. 15-58.

ORTEGA, Antônio C. Desenvolvimento territorial rural: os arranjos induzidos por políticas públicas e sua capacidade na promoção do desenvolvimento. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 13, n. 4, p. 819-831, mar. 2004.

ROLIM, Cássio F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agribusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 86, set./dez., 1995, -. 49-99.

RUBÉLO, João G. N. O processo de modernização da agricultura brasileira e a pluriatividade da agricultura familiar. Economia e Pesquisa., Araçatuba, v.6, n.6, p.108 - 122. mar. 2004.

SANTOS, Elisabete O. C.; SANTANA, Márcia A. A política de desenvolvimento dos territórios rurais. Estudos, Goiânia, V. 41, N. Especial, p. 17-27, set. 2014.

SEREIA, José Vanderlei; NOGUEIRA, Jorge Madeira; CAMARA, Márcia Regina Gabardo. As exportações paranaenses e a competitividade do complexo agroindustrial. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 103, jul./dez. 2002, p. 45-59.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês, conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP: Trabalho e dominação; número 26. São Paulo: CEBRAP, 1980.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, nº 51, fev. 2003.

SPAVANELLO, Rosani et.al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 45, Número 2, p. 291-304, Out. 2011.

TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo fundo: Ediupf, 1999.

TRINTIN, Jaime G. Desenvolvimento regional: o caso paranaense. A Economia em Revista. Maringá, n.2. 1993.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 56, n. 2, abr./jun. 2004.

VILLA VERDE, Valéria. Territórios, ruralidade e desenvolvimento. Primeira Versão (Ipardes). Curitiba, 1, p. 1-37, maio 2004.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEGEO/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 891
Data: 17/03/2026